



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2017**

MANHÃ

Procurador

TIPO 03

AMARELA

Organizadora:



Texto para responder às questões de **01** a **05**.

O menino de 13 anos que criou o Braille

Sistema permaneceu insuperável por 200 anos.

Aos 3 anos, *Louis* foi explorar a oficina de seu pai e, por acidente, machucou um dos olhos com uma navalha. A infecção atingiu ambos os olhos e, em poucos meses, o garoto estava completamente cego.

O drama era pior do que parece hoje. Na época, início do século 19, ser cego significava incapacidade para aprender, estudar e ganhar a vida. Ou seja: ele estava condenado a depender da família ou da caridade dos outros.

Porém, aos 7 anos, *Louis* já estava completamente familiarizado com a nova vida. Era tão esperto e interessado que chamou a atenção do professor da escola local que, contrariando o pensamento dominante (de que não valia a pena ensinar cegos), admitiu-o em uma das classes.

Em pouco tempo, *Louis* se transformou em um dos melhores alunos da escola. Surpresos com o potencial, pai e professor tiveram a ideia de enviá-lo para uma escola destinada a crianças cegas em Paris – a primeira no mundo especializada na deficiência.

Assim, aos 10 anos, o garoto estava matriculado no *L’Institut Royal des Enfants Aveugles*. Foi ali que *Louis* aperfeiçoou o sistema vigente de leitura para cegos e, aos 13 anos, apresentou sua própria criação: o Método *Braille*. Em algumas décadas, o sistema foi adotado oficialmente em todo o mundo.

Apenas recentemente, com o surgimento de aplicativos como *Be My Eyes*, *smart glasses* e assistentes digitais como Siri e Alexa, os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura e informação sem a necessidade do método criado há quase 2 séculos por um menino de 13 anos.

(Carlos Domingos, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/blog/oportunidades-disfarcadas/o-menino-de-13-anos-que-criou-o-braille/>.)

01

O último parágrafo do texto é introduzido por expressão que demonstra

- A) a preocupação da sociedade atual em eliminar lacunas antigas na assistência aos deficientes visuais.
- B) o processo de ampliação de suportes específicos para atender com eficiência pessoas portadoras de necessidades especiais.
- C) o descaso com os deficientes visuais, visto que as tecnologias implementadas na atualidade passaram por um longo processo até serem disponibilizadas para o público a que se destina.
- D) que o enunciador, de forma implícita, considera que há um longo período entre a criação de novas tecnologias e o método citado durante todo o texto para a leitura dos deficientes visuais.

02

Leia: “Em algumas décadas, o sistema foi adotado oficialmente em todo o mundo.” (5º§) A frase destacada ilustra uma formação típica de voz verbal cuja construção permite a omissão do agente podendo ser expressa por meio da formulação:

- A) Em algumas décadas, o mundo adotou oficialmente o sistema.
- B) Em algumas décadas, adotou-se o sistema oficialmente em todo o mundo.
- C) Em todo o mundo, adotaram-se em algumas décadas o sistema oficialmente.
- D) O sistema que se adotou oficialmente em todo o mundo, em algumas décadas.

03

De acordo com o emprego das palavras/expressões destacadas, assinale a opção em que a substituição sugerida provocaria INCORREÇÃO gramatical ou alteração do sentido expresso originalmente no texto.

- A) “*Louis se transformou em um dos melhores alunos da escola.*” (4º§) / tornou um
- B) “[...] *os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura [...]*” (6º§) / passaram a ter
- C) “*Porém, aos 7 anos, Louis já estava completamente familiarizado com a nova vida.*” (3º§) / Todavia
- D) “*Era tão esperto e interessado que chamou a atenção do professor da escola local [...]*” (3º§) / Fosse

04

Tendo em vista aspectos sintáticos da língua, pode-se afirmar que em “[...] os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura e informação sem a necessidade do método criado há quase 2 séculos por um menino de 13 anos.” (6º§) é possível observar

- A) o predicado nominal, já que existe verbo de ligação seguido de predicativo do sujeito.
- B) ocorrência de oração sem sujeito trazendo verbo impessoal que se apresenta na terceira pessoa do singular.
- C) a ocorrência de um sujeito hipotético em “há quase 2 séculos” que retoma informações do período anterior.
- D) que em “estão tendo”, o verbo impessoal acompanhado de auxiliar transmite a este sua impessoalidade, motivo de haver oração sem sujeito.

05

Depreende-se do texto que

- A) a situação vivida pelo menino *Louis*, aos 3 anos, não pode ser observada em proporções reais em relação à sua gravidade devido à ausência de recursos tecnológicos.
- B) a intervenção externa e uma reação pessoal atuaram como facilitadores no processo de reconstrução da aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do menino que havia se tornado cego.
- C) pode-se reconhecer que a exclusão em virtude de determinada deficiência mantém-se, na atualidade, assim como nos séculos passados apesar do desenvolvimento científico e tecnológico.
- D) as dificuldades advindas da deficiência adquirida por meio de um acidente não puderam ser concretizadas de fato na vida do menino citado no texto devido a determinadas características que o diferenciavam, confirmando as expectativas.

06

Leia o texto a seguir.

Senhor Feudal

(Oswald de Andrade.)

Se Pedro Segundo
Vier aqui
Com história
Eu boto ele na cadeia.

(*Poemas de Colonização. In Oswald de Andrade. Literatura comentada. São Paulo. Nova Cultural, s.d. p. 28.*)

Considerando-se o texto de Oswald de Andrade e os conhecimentos acerca da variação linguística, assinale a afirmativa verdadeira.

- A) O autor condena, de forma crítica, o uso de variedade linguística de menor prestígio.
- B) O uso que o autor faz da norma-padrão, no texto, busca efeitos que expressam ironia e crítica.
- C) A linguagem empregada pelo autor, literária, não pode ser considerada sinônimo de norma-padrão.
- D) A partir do emprego da variedade linguística utilizada no texto, é possível observar domínio precário da língua.

07

“Português é fácil de aprender porque é uma língua que se escreve exatamente como se fala.”

Pois é. U purtuguêis é muinto fáciu di aprender, purqui é uma língua qui a genti iscrevi ixatamente cumu si fala. Num é cumu inglês qui dá até vontadi di ri quando a genti descobri cumu é qui si iscrevi algumas palavras. Im purtuguêis não. É só prestátênção. U alemão pur exemplu. Qué coisa mais doida? Num bate nada cum nada. Até nu espanhol qui é parecidu, si iscrevi muinto diferenti. Qui bom qui a minha língua é u purtuguêis. Quem soubé falá sabi iscrevê.

(*Jô Soares.*)

Acerca do texto de Jô Soares, pode-se afirmar que

- A) a ideia expressa pelo autor denuncia o caráter de exclusão inerente da gramática normativa.
- B) há uma referência a duas modalidades diferentes da língua utilizando-se, para isso, humor ao registrar o código linguístico.
- C) a referência à variedade de menor prestígio da língua é identificada por meio do registro de construções e vocabulários específicos.
- D) o autor tem por objetivo demonstrar que a tradição trabalha com normas, diferentemente das gramáticas de funcionamento das línguas.

10

No primeiro parágrafo do texto, a autora utiliza como recurso para fazer o texto progredir, mantendo-se o fio discursivo, determinada sequenciação textual. Acerca desta atividade específica, pode-se afirmar que

- A) há uma recorrência de estruturas sintáticas com função persuasiva no texto.
- B) o mesmo conteúdo semântico é apresentado sob formas estruturais diferentes.
- C) a expressão “por tudo isso” introduz uma paráfrase empregada como recurso da coesão textual.
- D) não há nenhum tipo de recorrência entre as orações do parágrafo, sendo de alta informatividade.

11

Assinale a opção que apresenta o grupo de palavras acentuadas de acordo com a mesma regra.

- A) é, colégios.
- B) há, línguas.
- C) média, fácil.
- D) matéria, patrimônio.

12

E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se emburra e desiste. (3º§) No trecho destacado anteriormente, o uso de aspas tem por objetivo

- A) indicar a intercalação de uma indicação acessória no texto.
- B) fazer sobressair um termo não peculiar à linguagem do enunciador.
- C) realçar a ironia da autora em relação à desistência dos jovens diante dos obstáculos.
- D) acentuar o valor significativo de acordo com o contexto em que o termo foi empregado.

13

Em “*E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade.*” (1º§), acerca da repetição do termo “sofre” pode-se afirmar que

- A) por meio da recorrência do termo, é possível identificar a ironia com que a autora trata o assunto.
- B) há alteração tanto de sentido quanto de classe gramatical entre a primeira ocorrência e a segunda.
- C) a recorrência tem por objetivo persuadir o leitor a questionar sobre o sofrimento abordado no trecho em análise.
- D) não há efeito de sentido idêntico nesta recorrência, a reiteração deste termo traz consigo o acréscimo de novas instruções de sentido.

14

No título do texto, a autora utiliza palavras que são formadas a partir de um mesmo radical “despreparo” e “preparada”. O prefixo empregado em uma delas possui o mesmo sentido expresso pelo destacado em:

- A) ateu, inativo.
- B) decair, decrescer.
- C) aversão, amovível.
- D) adventício, contrasselar.

15

No terceiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego de alguns termos que fazem referência a um termo (expressão) já citado(a); estabelecendo uma relação entre orações diferentes e contribuindo, deste modo, para a coesão textual. Os termos destacados a seguir têm seu referente corretamente indicado em, EXCETO:

- A) “sentem-se traídos, revoltam-se.” / jovens
- B) “que tudo concede.” / um pai ou uma mãe complacente
- C) “onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente” / suas casas
- D) “E quando isso não acontece” / que merecem, seja lá o que for que queiram

16

O trecho “*Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade.*” (6º§) permanece correto, alterando-se a pontuação empregada, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- A) Nossa classe média parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.
- B) Nossa classe média; parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.
- C) Nossa classe média, parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade.
- D) Nossa classe média – parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.

23

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) tem por objetivo evitar ou mesmo reparar eventual lesão a preceito fundamental que resulte de ato emanado do Poder Público. É legitimado para a propositura da ADPF:

- A) Advogado Geral da União.
- B) Presidente do Senado Federal.
- C) Entidade de Classe de âmbito regional.
- D) Partido político com representação no Congresso Nacional.

24

O Tribunal Superior Eleitoral é o órgão máximo da Justiça Eleitoral e tem suas principais competências determinadas pela Constituição Federal e também pelo Código Eleitoral, dentre elas o processamento e julgamento de ações em matéria eleitoral. As decisões do Tribunal Superior Eleitoral são, por regra, irrecuráveis, ressalvadas as exceções definidas por expressa previsão constitucional. São exceções à irrecorribilidade das decisões do TSE, as decisões

- A) denegatórias de *habeas corpus*.
- B) em ação rescisória, nos casos de inelegibilidade.
- C) sobre conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais.
- D) sobre registro e cassação de registro de partidos políticos.

25

A Constituição Federal é a norma maior do Estado e exigirá procedimentos mais rigorosos para que possam ser alteradas algumas de suas regras. Neste sentido, poderá a Constituição ser emendada mediante proposta de, no mínimo, 1/3 dos membros da Câmara ou do Senado Federal. A respeito do processo de emenda constitucional, pode-se afirmar que:

- A) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- C) A forma federativa de Estado poderá ser objeto de emenda Constitucional desde que aprovada por três quintos dos membros de cada casa legislativa.
- D) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros.

26

Durante uma rebelião, ocorrida recentemente em um presídio de segurança máxima, houve o assassinato de seis presos por seus colegas de cela. A rebelião fora inflamada pela indignação dos detentos em relação às péssimas condições dentro da unidade carcerária, na qual havia a custódia de um número de presos superior à capacidade do estabelecimento. Considerando a responsabilidade civil do Estado na situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) A responsabilidade será subjetiva, evidenciada a culpa direta em relação à morte do custodiado.
- B) Identificada a excludente de responsabilidade (fato de terceiro), não haverá responsabilidade do Estado.
- C) A responsabilidade será concorrente, tendo em vista a participação de terceiro para a ocorrência do óbito.
- D) A responsabilidade será objetiva, em decorrência da teoria do risco administrativo e do dever de zelo do Estado com a integridade daqueles sob sua custódia.

27

Determinado Secretário Municipal de Saúde, ao tomar posse na secretaria municipal, por estrita motivação pessoal, decide favorecer servidor partidário, lotando-o em unidade de saúde central no município. Para tanto, o citado Secretário removeu João, adversário político, para atuar na unidade de zona rural, ocupando a antiga vaga de seu partidário. Indignado com a situação, João procurou a Administração Municipal informando do caráter pessoal da modificação. Diante da comprovação de que o ato foi motivado por razões pessoais, deverá a Administração, quanto à remoção de João,

- A) anular o ato, com efeito *ex nunc*, vez que conveniente à Administração.
- B) declarar nulo o ato, retroagindo os efeitos à época do ato, vez que ilegal.
- C) revogar o ato com eficácia *ex nunc*, vez que eivados de vício de legalidade.
- D) revogar o ato com eficácia *ex tunc*, retroagindo os efeitos à época da origem do ato.

28

Pedro, servidor aposentado da Câmara Municipal de Belo Horizonte por motivo de invalidez, após submissão à nova perícia por junta médica competente, obteve parecer declarando insubsistente o motivo determinante da aposentadoria, sendo atestada sua capacidade para o exercício das atribuições do cargo. Diante do parecer emitido, Pedro decidiu formalizar pedido para retorno ao cargo. Considerando o caso hipotético descrito, indique a alternativa correta.

- A) Caso o cargo se encontre provido, Pedro exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga.
- B) A reversão será feita para qualquer cargo da carreira daquele ocupado pelo servidor à época da aposentadoria.
- C) O servidor terá o prazo de trinta dias úteis, contado da publicação do ato de reversão, para entrar em exercício.
- D) O servidor que retornar à atividade após a cessação do motivo que causou sua aposentadoria por invalidez terá direito à contagem do tempo relativo ao período de afastamento para fins de ascensão funcional.

29

A Câmara de Belo Horizonte decidiu instaurar processo de licitação para a contratação de empresa especializada, para construção de uma nova sede na cidade de Belo Horizonte. O projeto foi estimado em R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) e compreende o serviço de obra e engenharia de todo o complexo da nova Câmara. A respeito da modalidade de licitação que deverá ser utilizada na hipótese anterior, assinale a alternativa correta.

- A) Poderá ser adotada a modalidade de dispensa de licitação, tendo em vista o valor e o objeto da licitação pretendida.
- B) Deverá ser utilizada a concorrência, modalidade também cabível para compra ou alienação de imóveis, independentemente do valor estimado.
- C) A modalidade a ser utilizada, a concorrência, não é aplicável para concessões de direitos reais de uso, vez que, a estas, se aplica apenas a modalidade de tomada de preços.
- D) Deverá ser utilizada a modalidade de tomada de preços, na qual, aberta etapa competitiva, os licitantes procederão com os lances verbais sucessivos, até a proclamação do vencedor.

30

Considerando a fase externa do Pregão, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Do aviso de convocação de interessados para o pregão constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital.
- () O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a dez dias úteis.
- () Aberta a sessão, os interessados entregarão os envelopes contendo o preço oferecido, sendo estes guardados para abertura posterior ao processo de lances.
- () No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, F.
- B) V, F, F, V.
- C) F, F, F, V.
- D) V, V, F, F.

31

Sobre os Defeitos e a Invalidez dos Negócios Jurídicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- II. Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- III. Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos.
- IV. É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- V. Quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, será validado se este a der posteriormente.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, IV e V.
- B) I, II, III e IV.
- C) I, II, III e V.
- D) II, III, IV e V.

32

Sobre o tratamento que o Código Civil dá ao tema Novação, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Não importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consentimento com o devedor principal.
- B) Salvo as obrigações simplesmente anuláveis, não podem ser objeto de novação obrigações nulas ou extintas.
- C) Não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito mas inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira.
- D) Se o novo devedor for insolvente, não tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro, salvo se este obteve por má-fé a substituição.

33

Sobre o tratamento que o Código Civil dá ao tema Cláusula Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo.
- B) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
- C) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.
- D) Quando a obrigação for divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.

34

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB traz regras quanto à vigência e eficácia das leis, conflito de leis no tempo e no espaço, dentre outras. Quanto às disposições da referida lei, analise as afirmativas a seguir.

- I. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- II. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- III. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- IV. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

Em relação à LINDB estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

35

“A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estatui expressamente que quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com _____.” Assinale a alternativa que NÃO completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) analogia
- B) costumes
- C) princípios gerais do direito
- D) fins sociais a que a lei se dirige

36

É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:

- A) Ao afiançado, na ação em que o fiador for réu.
- B) Aos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
- C) Aos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- D) Àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

37

É vedado lançar nos autos cotas marginais ou interlineares, as quais o juiz mandará riscar, impondo a quem as escrever multa correspondente

- A) a um salário mínimo.
- B) a dez salários mínimos.
- C) a cinco salários mínimos.
- D) à metade do salário mínimo.

38

Sobre o pedido no Direito Processual Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É lícito formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.
- B) O pedido deve ser determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico em situações em que o próprio código admite.
- C) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, acolhendo o anterior.
- D) O pedido deve ser certo. Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.

39

“De acordo com o Código de Processo Civil, a execução fiscal será proposta no foro _____.” Assinale a alternativa que NÃO completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) de domicílio do réu
- B) de residência do réu
- C) do lugar onde houver bens do réu
- D) do lugar onde o réu for encontrado

40

Sobre Modificação da Competência no Direito Processual Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- B) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
- C) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- D) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, desde que haja conexão entre eles.

41

Comete crime da Lei de Licitações aquele que fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:

- I. Elevando arbitrariamente os preços.
- II. Vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.
- III. Entregando uma mercadoria por outra.
- IV. Tornando, por qualquer modo, justamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

NÃO complementa(m) corretamente o enunciado o(s) item(ns)

- A) IV.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, III e IV.

42

De acordo com o Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, a Câmara de Vereadores poderá cassar o mandato de Vereador quando:

- I. Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.
- II. Fixar residência fora do Município.
- III. Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral.
- IV. Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

NÃO complementa corretamente o enunciado a(s) afirmativa(s)

- A) II.
- B) III.
- C) I e III.
- D) II e IV.

43

De acordo com o Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, é crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

- A) Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
- B) Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
- C) Realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei.
- D) Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.

44

“José Madaleno foi aprovado em concurso público, mas, quinze dias antes da sua posse como servidor público municipal, exige, indevidamente, dez mil reais para realizar ato de ofício.” Assinale a alternativa que apresenta a indicação do crime cometido por José Madaleno.

- A) Concussão. C) Prevaricação.
B) Fato atípico. D) Corrupção passiva.

45

O Código Penal tipifica no Art. 359-C o crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura: “Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa”. Sobre o referido crime, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Admite a forma culposa. C) A ação penal será pública incondicionada.
B) Trata-se de crime próprio. D) Prevê pena de reclusão de um a quatro anos.

46

A empresa Beta Construção Civil Ltda, com sede no Município Ômega, foi contratada, em 2013, pelo Município Alfa, para prestar serviços de engenharia consultiva (serviços técnicos especializados para elaboração dos projetos executivos de implantação, material licitatório, assessoria na licitação e gerenciamento das obras). Dos diversos e complexos serviços de engenharia uns foram executados na sede da empresa e outros no município onde ficará a construção. Ocorre que Beta está sendo cobrada pelos Fiscos Municipais de Ômega e Alfa, que lhe exigem o pagamento do ISS. Na situação descrita anteriormente

- A) o imposto é devido no local do estabelecimento prestador, já que se trata de serviço meramente intelectual.
B) o imposto é devido no local da construção, entendendo-se a obra como sendo uma unidade.
C) devem ser quantificadas as diferentes etapas do contrato, buscando-se atribuir a cada município uma base tributável.
D) o imposto sobre o serviço consultivo é devido ao município Ômega e o relativo ao serviço construtivo fica com o município Alfa.

47

Considerando o princípio da prudência, inscrito na Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Toda despesa obriga o gestor a analisar seu impacto para o exercício em que irá ocorrer.
II. O gestor público deve analisar se a despesa é compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
III. O princípio da prudência impede que o gestor público adote qualquer medida que gere endividamento.
IV. A despesa pública abrangida por crédito genérico não pode ultrapassar o limite do exercício.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) III. B) I e II. C) II e IV. D) I, II e IV.

48

Considere a seguinte definição: “Ato emanado da autoridade competente que cria para o estado a obrigação de pagamento e constitui reserva de dotação orçamentária”. Assinale a qual figura da contabilidade pública ela se refere.

- A) Dotação. B) Alocação. C) Empenho. D) Liquidação.

49

Na hipótese de sucessão empresarial: fusão, cisão ou incorporação, é correto afirmar que, quanto à responsabilidade tributária,

- A) o sucessor só responde pelos tributos devidos até a data da sucessão.
B) o sucessor é responsável pelos tributos e multas até a data da sucessão.
C) o sucessor não responde pelas multas tributárias, que têm caráter punitivo.
D) o sucessor responde pelos tributos e multas devidos até o prazo prescricional.

50

Lei de determinado Estado da Federação cria taxa de fiscalização de atividade profissional e delega ao respectivo conselho a possibilidade de fixar o valor da exação, através de regulamento, observado o limite máximo de “x” vezes o maior valor de referência vigente na respectiva unidade da federação. Chamado a opinar sobre a lei em questão, entende-se que:

- A) Há vício de inconstitucionalidade, eis que taxa é tributo e todos os seus elementos devem estar descritos no texto legal que a criar.
- B) Como se trata de tributo, cuja receita remunera atividade fiscalizadora do conselho de classe, não há qualquer vício na lei mencionada.
- C) A lei é inconstitucional, por delegar ao próprio ente tributante a função de fixar um dos elementos essenciais da regra matriz de incidência.
- D) A lei é constitucional, sendo admitido o diálogo desta com o regulamento na fixação do aspecto quantitativo da regra matriz de incidência, fixado um teto legal.

51

Segundo o doutrinador Sérgio Pinto Martins, o FGTS “é um depósito bancário destinado a formar uma poupança para o trabalhador, que poderá ser sacada nas hipóteses previstas na lei, principalmente quando é dispensado sem justa causa. Outrossim, servem os depósitos como forma de financiamento para aquisição de moradia pelo Sistema Financiamento da Habitação”.

(MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 435.)

Sobre o FGTS, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Cabe à Caixa Econômica Federal o papel de agente operador do Fundo que manterá as contas vinculadas do Fundo.
- B) Cabe ao Ministério da Ação Social o papel de agente operador do Fundo que manterá as contas vinculadas do Fundo.
- C) A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério da Ação Social, cabendo à Caixa Econômica Federal (CEF) o papel de agente operador.
- D) O FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

52

Para identificar uma relação de emprego é formado o contrato de emprego. A expressão, entretanto, consagrada na prática e nos concursos públicos, é o contrato de trabalho (sinônimos: contrato de trabalho *stricto sensu*, vínculo empregatício e relação de emprego). São características do contrato de trabalho, EXCETO:

- A) Oneroso.
- B) Consensual.
- C) Especialidade.
- D) Trato sucessivo.

53

Em relação ao término do contrato por prazo determinado no Direito do Trabalho, analise as afirmativas a seguir.

- I. Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.
- II. Se o empregado der causa ao término do contrato, antes do prazo fixado, deverá pagar indenização ao empregador, pelos prejuízos que esse desligamento antecipado causar à empresa.
- III. Havendo termo estipulado, o empregado não poderá se desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

54

“É o valor recebido pelo empregado, geralmente vendedor, mas pago diretamente pelas empresas fabricantes ou distribuidoras de certos produtos, de determinadas marcas.”

(CORREIA, Henrique. *Direito do Trabalho – Para os concursos de Analista do TRT e MPU*. Editora JusPODIVM. 8ª edição. 2016. pág. 567.)

Trata-se do instituto:

- A) Guelta.
- B) Aviso prévio.
- C) Horas extras.
- D) Adicional noturno.

55

A relação de emprego tem como principal característica a presença do empregado, parte mais fraca da relação jurídica. O direito do trabalho foi pensado e criado exatamente para proteger a figura desse trabalhador. Portanto, é imprescindível que o operador do direito do trabalho (advogado, professor, procurador, juiz do trabalho, candidatos a cargos públicos etc.) saiba diferenciar o trabalhador em sentido amplo e o trabalhador com vínculo empregatício.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O empregado é contratado em razão de suas qualidades pessoais (eficiência, lealdade, conhecimentos técnicos, moral etc.). Diante disso, não se pode fazer substituir por um terceiro.
- B) O empregado é pessoa física ou jurídica (empresa, associação, cooperativa etc.). A lei trabalhista foi criada para protegê-lo. Assim, excluem-se da figura do empregado a prestação de serviços por animais.
- C) A subordinação do empregado decorre de lei, alcança a vida pessoal do trabalhador. O empregado fica sujeito às orientações dadas pelo empregador, como horário de trabalho, utilização de maquinário etc.
- D) Presentes os quatro requisitos (pessoalidade, onerosidade, eventualidade e subordinação) será declarado o vínculo, independentemente da nomenclatura que seja utilizada para identificar o trabalhador (funcionário, colaborador, ajudante etc.).

56

Sobre o tratamento que o Estatuto da Cidade dá ao IPTU progressivo no tempo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se dá mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.
- II. Não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.
- III. É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativa à tributação progressiva de que trata a referida norma.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

57

Estabelece o Estatuto da Cidade que decorrido o prazo ali estabelecido para cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os títulos da dívida pública não terão poder liberatório para pagamento de tributos.
- B) O valor real da indenização não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
- C) O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de dez anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.
- D) Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

58

De acordo com o Estatuto da Cidade, considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

- I. A modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente.
- II. A regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.
- III. A concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de *design* e de obras a serem contempladas.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

59

Sobre o tratamento que a Constituição da República Federativa do Brasil dá à Política Urbana, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- B) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte e cinco mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- C) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- D) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de utilização sucessiva de alguns instrumentos legais.

60

Sobre as regras da usucapião urbano constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- B) A área deve ser de até duzentos e cinquenta metros quadrados e o possuidor deve utilizá-la para sua moradia ou de sua família.
- C) O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
- D) O possuidor deve estar na área por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição e adquirir-lhe-á o domínio, mesmo que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de Peça prático-profissional privativa de advogado (petição ou parecer).
- A resposta à prova discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica indelével de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- Deverão ser observados o limite mínimo 90 (noventa) linhas e, no máximo, 130 (cento e trinta) linhas: 50 (cinquenta) pontos.
- Será atribuída nota ZERO à questão que: não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; estiver em branco; desenvolver o texto fora do tema solicitado ou elaborar peça inadequada para a solução do problema proposto; apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; e, apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Para efeito de avaliação de cada questão da Prova Discursiva (Peça prático-profissional) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

DIMENSÃO FORMAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
PA - Pertinência e adequação ao tema	5,00	Parcial 2,50
AP - Adequação e correção dos aspectos e requisitos processuais	10,00	AP - 2,00
CP - Continuidade e progressão de ideias	5,00	CP - 2,50
AJ - Argumentação jurídica pertinente	15,00	AJ - 3,00
SA - Suficiência argumentativa	5,00	SA - 2,50
TOTAL		40,00

DIMENSÃO FORMAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
EP - Estruturação de período	2,00	EP - 1,00
PV - Propriedade vocabular	1,00	PV - 0,50
MS - Morfossintaxe (regência, concordância, emprego de crase e colocação pronominal)	3,00	MS - 1,00
P - Pontuação	2,00	P - 0,50
O - Ortografia	2,00	O - 0,50
TOTAL		10,00

Na condição de Procurador da CMBH, considere que o seguinte questionamento tenha sido apresentado à sua análise pelo Presidente da Câmara: considerando os institutos jurídicos e políticos elencados no Estatuto da Cidade, qual instrumento de intervenção supressiva da propriedade deve ser adotado para obrigar o parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano, visando ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana? Explique o instituto por completo, inclusive com os passos ou procedimentos que devem ser adotados antes de se ultimar a intervenção.

Elabore um parecer jurídico apresentando, de forma clara e delimitada: interessado, assunto, ementa, relatório, fundamentação e conclusão. Responda à consulta que lhe foi formulada, expondo argumentos técnicos/jurídicos que definam o instituto e expliquem os requisitos legais. Abstenha-se de emitir opinião baseada em senso comum e evite o texto evasivo ou tautológico.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	

Cargo: Procurador (11-M) (Tipo 03 – Amarela)

Prova aplicada em 18/02/2018 – O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	

Cargo: Procurador (11-M) (Tipo 03 – Amarela)

Prova aplicada em 18/02/2018 – O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	

Cargo: Procurador (11-M) (Tipo 03 – Amarela)

Prova aplicada em 18/02/2018 – O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente. Todos os demais equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, deverão ser recolhidos em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, MP3/MP4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pendrive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, carteiras etc.
3. O tempo de duração da prova abrange a assinatura e a transcrição das respostas para a Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva.
4. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, sob pena de eliminação do concurso.
5. Com vistas à garantia da segurança, lisura e integridade do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
6. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha e Prova Dissertativa para os cargos de nível médio e 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha para os cargos de nível superior e Prova Dissertativa para os cargos: Analista de Tecnologia da Informação (todas as especialidades), Arquivista, Coordenador do Processo Legislativo, Dentista, Engenheiro Civil, Médico Clínico e Psicólogo (todas as especialidades); Elaboração de Parecer para os cargos de Consultor Legislativo (todas as especialidades); Peça Prático-Profissional para o cargo de Procurador; e, Elaboração de Projeto de Lei para o cargo de Redator. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva que lhe foram fornecidas estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.
8. Verifique se o TIPO/COR do Caderno de Provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como o TIPO/COR registrado na Folha de Respostas (gabarito). Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 120 (cento e vinte) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado o fato na Ata de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos disporá de 3 (três) dias, a partir do dia subsequente ao da publicação oficial (Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM) das respectivas etapas, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.consulplan.net, que estará disponível das 8h00min do primeiro dia útil subsequente à publicação do ato até as 23h59min do último dia do prazo recursal (horário de Brasília).
- A interposição de recursos deverá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, à CONSULPLAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.consulplan.net, no *link* correspondente ao Concurso Público.